



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

05 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Enade		Página: Online



Definidas as diretrizes do Enade para engenharias e licenciaturas

As normas para cada área do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2014 foram publicadas nesta quarta-feira (4) em 34 portarias. Este ano, serão avaliadas as áreas de engenharias e licenciaturas. Os cursos de engenharia que não se enquadram em áreas específicas serão avaliados, pela primeira vez, com uma prova de engenharia geral.

As normas publicadas referem-se às áreas de licenciatura (bacharelado), engenharias e cursos superiores de tecnologia e ditam as competências, conhecimentos e habilidades que serão avaliados. Elas foram definidas pelas comissões assessoras de área e orientadas pelas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação.

"O Inep tem aperfeiçoado a cada ano o processo de avaliação", diz a diretora de avaliação da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Claudia Maffini Griboski. Ela salienta que a nova prova demonstra a evolução do exame. "A prova de engenharia geral possibilita ampliar o número de cursos participantes do Enade no segundo ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e contribuir para o acompanhamento da qualidade da formação."

PROVA - O Enade será aplicado em 23 de novembro próximo, às 13 horas, horário oficial de Brasília. Com duração de quatro horas, todas as provas terão 40 questões e serão divididas entre formação geral, comum aos cursos de todas as áreas, e componentes específicos de cada curso avaliado.

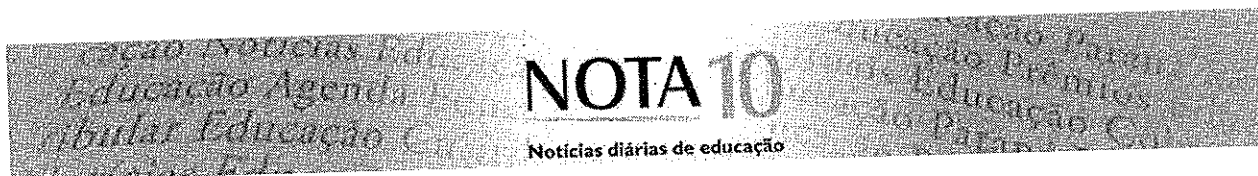
De caráter anual, o Enade tem ciclo avaliativo trienal. Ou seja, avalia cada curso a cada três anos. O objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial.

As diretrizes do Enade de 2014 foram definidas pela Portaria Normativa nº 8/14, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março último. As Portarias do Inep de números 233 a 266, com as normas para as áreas do exame deste ano foram publicadas no Diário Oficial da União desta quarta-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Sisu		Página: Online



Passa de 1,1 milhão o número de candidatos inscritos no Sisu

No último dia de inscrições da segunda edição de 2014 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), foram registrados 1.114.410 candidatos até as 19 horas. Os estudantes que pretendem obter uma vaga no ensino superior público tiveram prazo até as 23h59 de ontem (4) para fazer sua inscrição pelo sistema on-line.

Estão sendo oferecidas 51.412 vagas, em 1.447 cursos de 67 instituições de ensino federais e estaduais. A Universidade Federal Fluminense (UFF) é a instituição com maior oferta de vagas (4.259), seguida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com 3.944 vagas; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 3.669; e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 3.108.

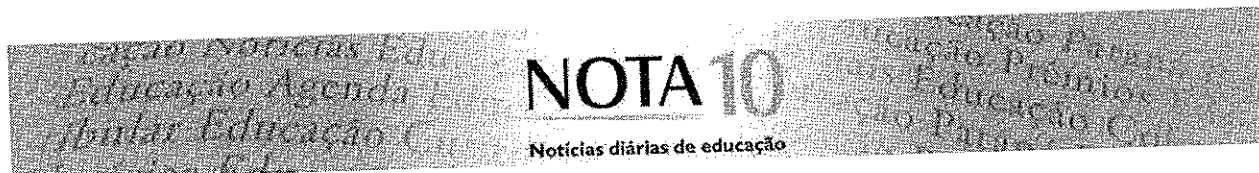
Quatro novas instituições participam desta edição: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Por meio do Sisu, sistema informatizado do Ministério da Educação, instituições públicas de educação superior oferecem vagas a participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Neste segundo semestre, pode concorrer o candidato que participou do Enem de 2013 e obteve nota acima de zero na redação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Encceja		Página: Online



Termina dia 23 prazo de inscrição de detentos no Encceja

Os responsáveis pedagógicos de unidades prisionais e socioeducativas podem fazer, até o dia 23 deste mês, as inscrições de pessoas privadas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2014. As inscrições são feitas pela internet.

O exame é voltado para aqueles que não concluíram o ensino fundamental na idade apropriada e desejam obter a certificação de conclusão dessa etapa. Os interessados em se submeter à prova deverão ter no mínimo 15 anos na data de aplicação do exame, dia 29 de julho.

Os órgãos de administração prisional e socioeducativa dos estados e do Distrito Federal que desejarem indicar unidades para aplicação do Encceja 2014 devem firmar termo de adesão, responsabilidades e compromissos com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) até o dia 20 de junho, acessando o site da autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

As provas ocorrerão nas unidades indicadas pelos órgãos de administração prisional e socioeducativa de cada estado. Os participantes serão encaminhados aos locais das provas às 7h55 - horário de Brasília. Os testes aplicados de manhã serão de ciências naturais, história e geografia. À tarde, às 13h55, serão aplicadas as provas de matemática, língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física e redação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Indígenas		Página: Online



Analfabetismo entre crianças indígenas é de 18%, diz membro da Unicef

A afirmação foi feita durante a audiência pública esta semana no Senado

O analfabetismo entre crianças indígenas com idade entre 10 e 14 anos é de 18%, enquanto no total da população brasileira a taxa é de cerca de 4%. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o mesmo índice é de 2% no total da população, mas de 12% entre os indígenas.

As afirmações foram feitas por Gary Stahl, representante da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil), durante a audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado na última terça-feira (3).

O encontro deu espaço para que fossem escutados depoimentos de jovens indígenas a respeito das dificuldades que enfrentam nas regiões onde vivem e sugestões para resolvê-las.

— É preciso identificar as questões mais profundas relacionadas às realidades complexas e violentas nas quais estão inseridos os jovens indígenas. As próprias organizações indígenas identificam que frequentemente eles não se encontram em sua própria cultura e nem na cultura das cidades. São excluídos por serem indígenas, por serem pobres e por serem jovens, disse Stahl.

Cenário

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há no Brasil quase 900 mil índios, o que representa 0,47% da população, distribuídos em mais de 300 grupos étnicos.

De acordo com os jovens indígenas, em muitas aldeias faltam escolas que ofertem o ciclo educacional completo.

O cenário faz com que os indígenas sejam obrigados a deixar suas comunidades para prosseguir os estudos, ficando expostos a problemas típicos das cidades, como violência, drogas, álcool e desemprego.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A discriminação e a exclusão do processo político e decisório foram outros problemas apontados: os jovens relataram terem sido vítimas de preconceito e reclamaram que não são escutados com relação às políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Eles também fizeram denúncias de exploração sexual e profissional.

Sugestões

Entre as sugestões apresentadas, os jovens pediram mais médicos e mais agentes de saúde em suas regiões, além de mais condições para que esses profissionais possam se deslocar até as aldeias.

Sugeriram também a criação de repúblicas estudantis exclusivas para jovens indígenas a fim de acolher os adolescentes que migram para as cidades para concluir seus estudos. Por fim, foi solicitado o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao combate da violência e o alcoolismo nas aldeias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Enade		Página: Online



MEC publica edital do Enade 2014

A prova será realizada no dia 23 de novembro

O edital com as regras do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) 2014 foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) desta quarta-feira (4). A prova, com duração de quatro horas, será realizada nas instituições de ensino superior no dia 23 de novembro.

O DOU publicou as especificidades da avaliação aplicada a alunos do curso de arquitetura e urbanismo com base nas resoluções do CNE (Conselho Nacional de Educação) para a área.

Nesse sentido, fica estabelecido, por exemplo, que será cobrado no exame o conhecimento de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, político e econômico.

O Enade está vinculado ao Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e é aplicado a estudantes universitários, no máximo a cada três anos. O objetivo avaliar o desempenho do aluno em relação aos conteúdos pragmáticos previstos nas diretrizes curriculares.

Este ano, serão avaliados estudantes de cursos como arquitetura e urbanismo, engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia de produção, ciências sociais, pedagogia, artes visuais, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática e química.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: Investimentos		Página: Online

EM JORNAL E REVISTA DO BRASIL - R. S. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Apenas quatro países destinam 10% do PIB para a educação

A meta para o gasto público brasileiro em educação aprovada nesta terça (3) pelo Congresso está bem acima do padrão seguido pelas principais economias mundiais.

Em nenhuma delas as despesas dos governos com o ensino se aproximam de 10% do PIB (Produto Interno Bruto).

Esse é o patamar a ser atingido pelo Brasil até 2024, de acordo com o texto do Plano Nacional de Educação, que segue para sanção da presidente Dilma Rousseff (PT).

Na base de dados das Nações Unidas, percentuais do PIB de dois dígitos são encontrados apenas em alguns poucos países pequenos.

De 2008 para cá, os exemplos são Lesoto (13%, a maior proporção), Cuba, Timor Leste e São Tomé e Príncipe.

São casos em que as dimensões minúsculas das economias -e, no caso cubano, também as peculiaridades do regime comunista- distorcem as estatísticas.

Entre os países com maior peso na renda mundial, reunidos no G-20, os desembolsos com a educação variam de 2,8%, na Indonésia, a 6,3% do PIB no Reino Unido, de acordo com a ONU.

No Brasil, são 5,8%, um dos maiores percentuais do grupo. Já pela metodologia mais ampla adotada pelo governo, a despesa chegou a 6,4% do PIB em 2012.

PRIORIDADE

A medida da despesa como proporção do PIB indica o grau de prioridade atribuído a uma atividade -em outras palavras, qual a parcela dos recursos disponíveis do país é destinada ao setor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Se os dados mostram que a fatia da renda brasileira aplicada na educação está entre as mais altas do mundo, isso não significa um padrão de ensino igualmente elevado -afinal, a renda do país é apenas mediana quando dividida pela população.

A França, por exemplo, aplica no ensino um percentual do PIB semelhante ao do Brasil hoje, mas a renda per capita francesa é o triplo da brasileira, considerando o poder de compra das moedas.

Reduzir essa diferença por meio do aumento do gasto total é uma tarefa difícil, mesmo no prazo de uma década.

Um ponto percentual do PIB significa um gasto anual de R\$ 52,9 bilhões, mais que o dobro do Bolsa Família; três pontos percentuais superam o dobro da receita da extinta CPMF, o imposto do cheque.

O gasto brasileiro por aluno da rede pública tem crescido rapidamente nos últimos anos, com a ajuda do envelhecimento da população, que diminui o número de crianças e jovens.

Em 2011, o gasto público médio por estudante ficou em R\$ 4.916. Trata-se de um aumento de mais de 140% em uma década, em valores corrigidos pela inflação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 05/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online

EX JOURNAL A SERVIÇO DO PAÍS: * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

União terá de ajudar municípios e Estados para atingir meta do PNE, diz associação

Pesquisadores estimam que a União deverá desembolsar R\$ 46,4 bilhões ao ano para complementar o orçamento de Estados e municípios que não atingirem o valor mínimo por aluno estabelecido pelo PNE (Plano Nacional de Educação).

O valor corresponde a mais de um terço do orçamento atual do Ministério da Educação, de R\$ 112 bilhões.

O montante foi estimado em nota técnica da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), que considerou as matrículas na educação básica em 2011. O governo não divulgou estimativa oficial.

"União, Estados e municípios deverão redimensionar seus planos [orçamentários] e destinar mais recursos à educação", disse o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do PNE na Câmara.

Ele diz que é "premature" fazer uma estimativa sem a definição do custo mínimo por aluno. O valor será elaborado segundo quatro fatores: jornada escolar, número de estudantes por turma, corpo docente e infraestrutura.

O texto do PNE define prazo de dois anos para que a fórmula seja criada, mas não há garantia de que o custo será definido nesse período.

"Hoje ele é um consenso. É o primeiro passo para alcançar depois um padrão de qualidade mais próximo do verificado nos países mais desenvolvidos", disse Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para Cleuza Repulho, presidente da Undime (entidade que representa os secretários municipais de educação), o Plano Nacional de Educação será um "divisor de águas".

Ela pondera que o texto prevê que, a cada dois anos, o governo divulgue estudo sobre cumprimento das metas. "Não vamos esperar para ver se deu certo daqui a dez anos", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Diretor-executivo da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Sólon Caldas defendeu a inclusão de programas como Fies e Prouni no cálculo do investimento em educação de 10% do PIB.

"No Brasil, há uma inversão: quem pode pagar, vai para a universidade pública, quem não pode é que vai para a privada. Se houvesse essa aprovação [sem incluir os dois programas], de novo essas pessoas ficariam de fora", argumentou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 05/06/2014
Assunto: Redação		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

Aula de redação

Estudantes catarinenses estão recebendo um livro do concurso de redação organizado pelo Consórcio Machadinho com os trabalhos vencedores. Desde 2007, 23 alunos foram premiados, mais de 4 mil textos inscritos e 6 mil visitaram a Usina de Machadinho.

O trabalho envolve alunos de Piratuba, Capinzal, Zortéa, Ipira, Campos Novos, Celso Ramos e Anita Garibaldi.



ASCOM MACHADINHO, DIVULGAÇÃO